

# Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 27 | outubro de 2021

72

**Governo Federal**

**Ministério da Economia**

**Ministro** Paulo Guedes

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Carlos von Doellinger

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Nílo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação  
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

**Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas  
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

**CORPO EDITORIAL**

**Editor Responsável**

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Membros**

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

**Equipe de Apoio**

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2021

---

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

---

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE ATER NA PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS<sup>1,2</sup>

Regilane Fernandes da Silva<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Institucionalizado na agenda das políticas públicas há mais de cinquenta anos, o tema da assistência técnica e extensão rural (Ater), no Brasil, encontra-se em permanente debate e revisão, sobretudo na sua perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

Historicamente, o surgimento da Ater como ação pública está marcado pelo período que se convencionou chamar de modernização conservadora da agricultura, caracterizada pelo amplo uso de maquinários pesados e de tecnologias que tomam por base o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, tendo como preocupação central a ampliação da capacidade produtiva da agricultura para atendimento a mercados. Silva (1981) lembra que a modernização da agricultura patrocinada pelo Estado foi conservadora e dolorosa, na medida em que beneficiou determinados produtores e áreas, gerando contradições sociais pela expansão do capital.

Somente nos anos 2000, mais especificamente em 2003, com a constituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), o tema passou a permitir avanços nas concepções do desenvolvimento sustentável, da agroecologia, da valorização da sociobiodiversidade e do reconhecimento da agricultura familiar. Alinhada aos avanços de concepções de desenvolvimento, sustentabilidade e ruralidade, a PNATER estabelece como missão da Ater:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Brasil, 2004, p. 8).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt72/economiasolidaria1>

2. Este artigo é um extrato da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina, como requisito para a obtenção do título de mestre em meio ambiente e desenvolvimento rural, sob orientação do professor doutor Eric Sabourin. O estudo está disponibilizado na íntegra em: <<https://bit.ly/2YeJFzz>>.

3. Analista técnica de políticas sociais do Ministério da Cidadania. *E-mail*: <[regilane.silva@cidadania.gov.br](mailto:regilane.silva@cidadania.gov.br)>.

O processo de inovação da Ater, contido na proposta da PNATER, corroborou a valorização das experiências locais e das referências socioculturais do rural brasileiro, estimulando a adoção de métodos e conteúdos de assistência técnica e extensão rural orientados ao fortalecimento de modelos mais inclusivos de desenvolvimento. Sua própria constituição dá-se em um momento de consolidação de outras importantes concepções e práticas, como a economia solidária, enquanto nova forma organizativa do trabalho baseado na autogestão, na cooperação e na solidariedade; que forma com a agroecologia e com a abordagem territorial do desenvolvimento um importante pano de fundo para o romper de novas práticas sociais e de políticas públicas (Silva e Carvalho Filho, 2018).

Não por acaso, também em 2003, temos, na agenda pública nacional, de um lado, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no Ministério do Trabalho, visando fomentar a prática do trabalho associativo e autogestionário no país (Silva, 2018); e, do outro lado, a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), oportunizando a construção de uma estratégia de dinamização econômica dos territórios rurais, com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar como ente econômico (Silva, 2013).

Wilkinson (1999) lembra que dois dos desafios centrais para o fortalecimento da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas são justamente a agregação de valor aos seus produtos e a definição de estratégias para inserção de sua produção em mercados. Neste sentido, o tema da Ater, adequada e focada na comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa, foi destacando-se como importante demanda nas conferências nacionais. A I Conferência Nacional de Ater, realizada em 2010, apresenta, em seu relatório final, na proposição 269, uma expressão das demandas de Ater para comercialização:

Incentivar a criação e consolidação de metodologias de gestão e comercialização para promover e desenvolver os empreendimentos integrados na agricultura familiar 44 (conforme nota 1), na reforma agrária, no extrativismo, na pesca artesanal, no artesanato, e em outras comunidades tradicionais (Condraf, 2012, p. 43-44).

Por sua vez, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em 2008, traz na proposição 109, item *b*, do seu relatório final:

estruturar e consolidar o sistema descentralizado e plural de assistência técnica e extensão rural, nos termos previstos pela PNATER, articulado com universidades, instituições de pesquisa agropecuária e florestal e com os sistemas de educação formal e não formal, adequando os currículos e as práticas em função das características territoriais e dos conhecimentos e saberes dos(as) agricultores(as) familiares e camponeses(as), povos indígenas e comunidades tradicionais (Condraf, 2008, p. 75).

Segundo relatos dos antigos gestores da SDT, logo nos primeiros anos da PNATER, as críticas dos movimentos sociais rurais apontaram o sentimento de insuficiência dos modelos tradicionais de Ater, no sentido de não incorporarem as necessidades das atividades desenvolvidas “para fora da porteira” das unidades produtivas; ou seja, de comercialização. A tentativa de dar respostas a essas pressões sociais levou a SDT a instituir, em suas estratégias de dinamização

econômica dos territórios rurais, as chamadas bases de serviço de comercialização (BSCs), objeto de estudo desta pesquisa.

As BSCs são definidas como organizações que prestam serviços de apoio à agricultura familiar, com foco na comercialização de seus produtos, realizando ações como: i) identificação/mapeamento da produção; ii) estudos de mercado e planejamento de cadeias produtivas, com elaboração participativa de planos de negócios das organizações da agricultura familiar; iii) assessoramento/capacitação em temas da dinamização econômica de territórios rurais; e iv) identificação e articulação de mercado para a agricultura familiar, entre outras.

A SDT, em seus documentos referenciais das estratégias de dinamização econômica de territórios rurais, explicita que, para a inserção sustentável dos produtos da agricultura familiar no mercado, as organizações de agricultores precisam dispor de um conjunto de serviços de Ater adequado às suas necessidades (Brasil, 2010). As BSCs, em uma relação dialógica com representações nacionais das organizações locais, surgiram então como instrumento de apoio à ampliação das capacidades de gestão dos agricultores familiares, nas funções produtivas e comerciais dos seus negócios, de forma sustentável e solidária.

Um levantamento inicial dos arquivos existentes, relativos ao período 2007-2014<sup>4</sup>, possibilitou identificar registros de alguns resultados positivos das BSCs. Contudo, também demonstrou que, com a mudança de gestão do governo federal a partir de 2011, resultou na finalização do fomento às BSCs nos territórios rurais, enfraquecendo essa ação em vários territórios nos anos seguintes.

O processo de encerramento da ação das BSCs aconteceu sem um estudo mais aprofundado que pudesse subsidiar estruturas de governo quanto a sua importância, possibilidades e limites como instrumento de oferta de uma assistência técnica focada em comercialização. Assim, estudar a política de BSCs constitui-se um grande desafio, por se tratar de uma ação de breve manutenção no escopo do governo federal e por existir poucos registros de elaboração sobre suas concepções no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

Este estudo se propôs a analisar os processos de interação entre as organizações dos agricultores e as novas propostas de Ater, a partir das BSCs, com vistas ao acesso/construção de mercados por parte da agricultura familiar. Para tanto, a análise foi realizada a partir do estudo de caso do território da Borborema, na Paraíba, entre 2007 e 2011.

A escolha do território da Borborema deu-se, sobretudo, por ter sido um dos primeiros territórios rurais da política da SDT em que o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter)<sup>5</sup> elegeu o apoio às BSCs como um de seus projetos prioritários. Isso foi evidenciado pela iniciativa do Codeter-Borborema de aportar recursos complementares do Pronat aos recursos nacionais destinados pela SDT, para apoio à implantação e ao funcionamento da BSC.

4. Este é o recorte temporal deste estudo, em função de ter sido este o período em que o fomento às BSCs figurou como ação na política de territórios rurais sustentáveis, levada a cabo pela SDT.

5. As ações de promoção de territórios rurais sustentáveis, na política da SDT, passavam pela constituição de um Codeter em cada um dos territórios homologados pelo MDA. O Codeter funcionava como a instância de máxima participação e controle social para o exercício da gestão social, envolvendo ampla representação de atores locais na elaboração e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Mais do que analisar o resultado da inserção em mercados, este estudo procurou examinar os processos construídos na interação entre organizações dos agricultores e prestadoras dos serviços de Ater, no marco da ação da SDT de fomento às BSCs. Nesta perspectiva, ele se orienta a partir das seguintes perguntas: como as BSCs refletem e contribuem para a consolidação da nova concepção de Ater proposta pela PNATER 2004? Como contribuem para uma maior interação entre as organizações dos agricultores e as organizações prestadoras de serviços de Ater? Por que as BSCs foram encerradas, enquanto política pública federal, e quais os possíveis impactos disso para as organizações da agricultura familiar nos territórios?

A hipótese considerada é a de que, ao propiciarem a interação entre Ater, organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais, na lógica da economia solidária, as BSCs contribuem para a consolidação da nova concepção proposta pela PNATER, trazendo elementos para renovar o processo para a promoção de territórios mais sustentáveis. Analisar os avanços e os métodos experimentados, nesta perspectiva, é o foco fundamental deste estudo.

O referencial teórico aplicado considera três dimensões de análise: i) a ação coletiva (Olson, 1999; Ostrom, 1990; 1998) e a participação dos agricultores (Ávila *et al.*, 2013); ii) as práticas de economia solidária (Singer, 2005; Sabourin, 2009; 2011; Silva, 2020); e iii) as inovações em termos de Ater territorial, na perspectiva de Dias (2007) e Pettan (2010).

A metodologia associa bibliografia, análise de documentos e entrevistas a gestores, assessores, dirigentes e agricultores familiares, totalizando em torno de 43 pessoas entrevistadas, entre entes locais e nacionais. Os resultados estão aqui sintetizados em duas seções: a seção 2 apresenta a concepção da BSC como instrumento de Ater, articulado ao referencial teórico mobilizado; e a seção 3 mostra o estudo de caso do território da Borborema, na Paraíba, com recorte nos municípios de Areia, Lagoa Seca, Remígio e Esperança.<sup>6</sup> Por fim, a seção 4 traz as considerações finais.

## 2 BASES DE SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO

### 2.1 Desenvolvimento territorial sustentável, ação coletiva de agricultores e economia solidária para o Brasil rural

A criação da PNATER, em 2003, marcou um importante reconhecimento não só da legitimidade da demanda por uma política nacional em si, mas também das especificidades e diversidades da agricultura familiar no Brasil e suas demandas por Ater, propícias para dialogar com sua capacidade organizativa, dinâmicas produtivas e de inserção em mercados. Além disso, essa política trouxe para a agenda pública temas como: desenvolvimento territorial sustentável, economia solidária, educação popular, entre outros.

6. O município de Esperança situa-se fora do território da Borborema, fazendo fronteira com o território. No entanto, por ter sido acompanhado pela BSC, ser o único empreendimento exclusivamente de mulheres e ser de fácil acesso, foi incorporado ao estudo.

A criação da SDT, no então MDA, é fruto deste processo, incorporando a abordagem territorial para políticas públicas de fomento ao desenvolvimento rural, ambiente no qual vai se dar o surgimento das BSCs como instrumento de Ater. Nos marcos da política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), o território é entendido, para além do mero espaço físico, como construção social, a partir do componente de identidade – social, cultural, ambiental e econômica – configurando, assim, um ambiente propício para a articulação entre demanda social e oferta de políticas públicas (Brasil, 2005a).

Uma das principais mudanças promovidas pela PNATER foi o reconhecimento das organizações sociais como potenciais prestadoras de serviços de Ater, rompendo com a lógica tradicional de uma rede institucional constituída apenas pelas empresas de assistência técnica e extensão rural (Emater). Essa mudança institucional colaborou para a inclusão de outras concepções e dinâmicas na oferta de serviços de Ater nos territórios rurais, incluindo as BSCs.

A necessidade de uma Ater voltada para a ampliação do poder de governança das organizações da agricultura familiar, no elo da comercialização dentro de suas cadeias produtivas, ganhou força com a ampliação dos canais de participação da agricultura familiar nas dinâmicas dos territórios rurais da política da SDT, especialmente nos colegiados territoriais de desenvolvimento, constituídos como espaços de planejamento e gestão social das ações de desenvolvimento. Entretanto, compatibilizar os componentes tradicionais das políticas de assistência técnica com os novos componentes da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável, fortalecendo o protagonismo e a autonomia da agricultura familiar, não foi um exercício fácil.

Neste debate, Sabourin (2009) aborda o tema da *ação coletiva e da participação* de agricultores como processos essenciais de construção de novas conquistas em políticas públicas, cujas construções são marcadas por conflitos sociais entre grupos de interesse. Esta compreensão evidencia o papel das entidades representativas da agricultura familiar e da economia solidária na construção da política de BSCs, entre elas a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que aglutinam diversos empreendimentos econômicos solidários (EES) rurais.

O conceito de EES é aqui tomado da própria definição oficial, posta na política nacional de economia solidária (Brasil, 2005b), como sendo as formas de organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas, cujos participantes exercem a gestão das atividades de produções de bens, prestação de serviços e fundos de crédito.

Apesar dos avanços nas políticas públicas para a agricultura familiar nas últimas décadas, Schmitt (2011) chama a atenção para o fato de não se ter conseguido romper com a lógica de produção e consumo de massa e com o monopólio de grandes empresas multinacionais. Isto impõe à agricultura familiar o desafio de desenvolver formas organizativas que rompam com o papel de subalternidade que lhe foi, historicamente, imputado nas economias territoriais, ao tempo em que fortaleçam processos de desenvolvimento sustentável.

Fazendo uma crítica às concepções e às práticas da economia capitalista pautada na competição e na acumulação de capital como elemento determinante, Singer (2002) apresenta a *economia solidária* como concepção e prática mais aproximada do desenvolvimento local/comunitário,

em que a solidariedade figura como elemento aglutinador das forças socioeconômicas para a urgente construção de uma sociedade mais igualitária.

Pela análise dos documentos referenciais da SDT (Brasil, 2010) e pelos dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies)<sup>7</sup> – mapeamento nacional realizado pelo governo federal entre 2010 e 2013 –, a organização em redes de cooperação solidária, estruturando coletivos de empreendimentos de agricultores familiares, tem sido relevante como importante estratégia para a agricultura familiar brasileira. Os dados indicam a existência de 10.899 organizações da agricultura familiar que se reconhecem como economia solidária (55,3% dos empreendimentos que foram mapeados por esse sistema).<sup>8</sup>

As estratégias da economia solidária, com mecanismos de organização de redes de cooperação, de mercados de proximidade, de circuitos curtos de comercialização, socialmente controlados, e do estímulo a manejos sustentáveis, não constituem fenômenos isolados do conjunto de transformações pelas quais passou o rural brasileiro. Apresenta-se como uma tentativa de resposta a algumas das novas condições da realidade no campo e aos desafios e às potencialidades da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas territoriais, sobre as quais as BSCs foram criadas para atuar.

## 2.2 Bases de Serviço de Comercialização como instrumento de Ater para territórios rurais

As BSCs são, em síntese, uma metodologia de organização do serviço de assessoramento técnico aos empreendimentos da agricultura familiar, com foco na inserção sustentável de produtos/serviços da agricultura familiar no mercado, a partir da economia solidária e da promoção desenvolvimento sustentável com abordagem territorial (Brasil, 2010). Elas tiveram sua origem no modelo desenvolvido pelo Sistema de Cooperativismo de Crédito (Sistema Cresol), que, nos anos 2000, organizou sua estratégia de apoio técnico-gerencial e jurídico às suas cooperativas filiadas, na forma de bases de serviço (Cresol-Baser), constituídas por assessores técnicos que atuavam com um conjunto de cooperativas locais, fortalecendo a relação em rede entre elas.

Conhecendo a experiência da Cresol-Baser no Paraná, a SDT abriu um ciclo de diálogos com diversos atores sociais, representativos da agricultura familiar e dos territórios, com vistas à incorporação desta metodologia para a realidade da comercialização na agricultura familiar. Os estudos das BSCs apontaram os elementos metodológicos, a seguir, que as caracterizam como inovação de Ater.

- 1) Interação entre atores territoriais – desde sua concepção no território, passando pela definição coletiva da instituição territorial que atuará como BSC, até a pactuação de seus resultados e o controle social de seus resultados.
- 2) Temas orientadores de sua ação – traduzidos especialmente em economia solidária, agroecologia e desenvolvimento sustentável com abordagem territorial.

7. Disponível em: <<https://bit.ly/3FcdAcg>>.

8. Para mais informações sobre os resultados do Sies, ver Silva (2020).



- 3) Pactuação de resultados – compartilhamento de poder de decisão na definição do plano de ação do assessoramento técnico, para os quais foram definidos como principais a inserção da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a revitalização de espaços territoriais de comercialização, como feiras, centros públicos etc., além do planejamento das cadeias e dos negócios dos empreendimentos.
- 4) Implantação de pelo menos uma BSC por território, oportunizando redes de cooperação locais e nacionais.
- 5) Interação em redes – relacionamento interterritorial das BSCs de um mesmo estado, acumulando força política, como embrião de sistemas estaduais de comercialização para a agricultura familiar/economia solidária, oportunizando novos arranjos e pactos locais.

Como estratégia de redução de possíveis conflitos, no nível territorial, a SDT definiu o Codeter de cada localidade como o espaço onde deveriam ser feitos os acordos em torno das BSCs, considerando que, em sua composição, estavam presentes tanto as organizações de agricultores quanto os gestores públicos e as entidades territoriais, parceiras em potencial no tema da dinamização econômica dos territórios. Nessa perspectiva, o Codeter teria o papel de fazer as definições iniciais sobre o processo de implantação da BSC e a gestão estratégica desta, acompanhando e avaliando seus resultados no ambiente de câmara temática de comercialização (ou estruturas similares).

Os recursos para financiamento das BSCs nos territórios eram descentralizados via Pronat, sobretudo recursos de custeio e algum recurso de infraestrutura para a circulação dos assessores técnicos nos territórios. Um percentual desse recurso vinha do orçamento que estava diretamente sob a gestão da Coordenação Geral de Negócios e Comércio da SDT; e outro percentual era definido a partir dos projetos aprovados nos territórios rurais pelo Codeter.

Este estudo identificou a insuficiência de mecanismos na coleta de informações e monitoramento dos resultados das BSCs, nos territórios, impossibilitando uma análise mais profunda da política por parte de seus gestores. Todavia, apesar da aparente fragilidade no processo de acompanhamento dos resultados, os documentos da SDT trazem números nacionais e regionais que ajudam a ter uma visão da materialidade deste instrumento de Ater nos territórios rurais. Na tabela 1, estes dados estão sistematizados.

Percebe-se, a seguir, que os dados sistematizados permitiram localizar as BSCs apoiadas pela SDT em todo o Brasil, no período 2007-2011, bem como sua distribuição em cada estado e região. É interessante observar o comportamento dos números nas diversas regiões, que podem sinalizar indicativo da forma como o governo federal trata as diferenças regionais nas políticas públicas. À revelia da grande diferença de extensão territorial e das dificuldades de acesso aos municípios/territórios abrangidos, a região Norte recebe o mesmo aporte de BSC que as regiões Sudeste e Sul, totalizando em média vinte BSCs para cada região. No caso do Centro-Oeste, este apoio cai pela metade, com dez BSCs. Por sua vez, o Nordeste apresentou um quantitativo diferenciado, com 56 BSCs.

TABELA 1  
Quantidade de BSC, técnicos envolvidos e agricultores familiares por região (2011)

Dados de BSC	Brasil	Norte	Nordeste	Centro- -Oeste	Sudeste	Sul
BSC (com resultados sistematizados)	127	20	56	10	20	21
Técnicos envolvidos	256	65	65	12	21	93
Média de agricultores familiares atendidos por cada BSC	350	288	287	193	118	735
Total de agricultores familiares atendidos	44.413	5.751	18.949	1.931	2.351	15.431

Fonte: SDT/MDA.

A análise do quantitativo de técnicos envolvidos em cada BSC é também reveladora. No Nordeste, houve 65 técnicos, sugerindo pouco mais de um assessor técnico por BSC para atender cada território com seus respectivos municípios. A mesma relação ocorre com o Centro-Oeste e o Sudeste. No Norte, o número de técnicos é praticamente o triplo do número de BSC, provavelmente em função da característica regional de territórios muito amplos e de difícil acesso. A região Sul é a que se mostra mais abundante em números de técnicos por BSC, sugerindo em torno de quatro a cinco técnicos.

As discrepâncias entre as regiões, na forma de chegada da Ater para comercialização, via BSC, aprofunda-se quando analisamos os números de famílias atendidas. No Norte e no Nordeste, onde a média de técnico por BSC é bastante diferente, são atendidas, praticamente, as mesmas quantidades de famílias por base (288 e 287, respectivamente). Este dado sinaliza uma sobrecarga de trabalho nas equipes técnicas do Nordeste; contudo, para o Norte, pode-se considerar que isto se deva a uma maior dificuldade de acesso aos territórios por parte das equipes técnicas. Comparativamente, o Centro-Oeste, com metade do número de BSC e de técnicos, atende mais do que o Sudeste (com 193 e 118 famílias atendidas por BSC, respectivamente). Somente o Sul apresenta um salto no número de famílias atendidas por BSC, justificando sua diferença quantitativa de técnicos existentes.

Por ocasião do plano Brasil Sem Miséria, instituído no governo de Dilma Rousseff, em 2011, foram priorizados sessenta territórios rurais para ações de combate à extrema pobreza. Com isso, a SDT priorizou as BSCs como um dos instrumentos prioritários de sua ação. No primeiro ano de execução do plano, foram priorizados treze territórios rurais, ficando 47 territórios a serem priorizados em 2012. A tabela 2 apresenta a distribuição dos territórios rurais, priorizados em 2011, por Unidade da Federação (UF), nos quais deveriam ser ampliadas as ações de apoio às BSCs.

TABELA 2  
Territórios rurais priorizados no plano Brasil Sem Miséria (2011)

Território	UF	Municípios	Famílias beneficiárias
Irecê	BA	19	4.480
Velho Chico	BA	15	3.920
Serra Geral	MG	13	1.600
Sertão do Araripe	PE	10	2.160
Baixo do Paranaíba	MA	11	2.080
Cocais	MA	12	1.840
Vale dos Guaribas	PI	22	1.840
Cariri	CE	20	1.680
Inhamuns Crateús	CE	16	1.520
Borborema	PB	12	1.200
Agreste	AL	11	1.120
Alto Oeste	RN	11	880
Alto Sertão	SE	6	720
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>178</b>	<b>25.040</b>

Fonte: SDT/MDA.

No Nordeste, região de referência neste estudo, por ser a que incorpora o território da Borborema, foram apoiadas 64 BSCs, garantindo-se, praticamente, uma por território. Além disso, contava-se com a presença de uma consultoria contratada como articuladora regional de dinamização econômica, para proporcionar a articulação em rede entre estas, como estratégia de potencialização de seus resultados.

Na Paraíba, a estratégia das BSCs já contava com uma tradição de associativismo no meio rural e um tecido social mais consolidado e qualificado, que se forjou ao longo das décadas de luta dos movimentos sociais do campo em torno das questões agrárias. Isso resultou na presença de instituições históricas nos territórios, tais como: a Cooperativa de Prestação de Serviços em Desenvolvimento Sustentável (Vinculus), nos territórios do médio sertão e da zona da mata sul e norte; a Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais (Coopagel), no território do Cariri ocidental; a Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar (Arribaça), no território da Borborema; o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), no território Cariri oriental; e o Centro de Educação e Organização Popular (Ceop), no território de Curimataú.

Uma vez que o estudo prioriza a BSC do território da Borborema, foi levantado todo o conjunto de organizações de agricultores familiares assessorados pela BSC neste período. Isso garantiu acesso à síntese dos principais resultados alcançados pelas BSCs no assessoramento para acesso a mercados institucionais para produtos da agricultura familiar – PAA e PNAE –, que era uma das prioridades. Alguns resultados alcançados pelas BSCs da Paraíba no acesso ao PNAE podem ser conferidos na tabela 3.

TABELA 3  
**Resultados da ação das BSCs no assessoramento para acesso ao PNAE nos territórios rurais da Paraíba (2011)**

Número	UF	Território	Município	Entidade executora	Ano letivo	Empreendimento/grupo	Agricultores beneficiados	Valor do contrato (R\$)
1	PB	Borborema	Remígio	Municipal	2011	Grupo informal	16	1.652,00
2	PB	Borborema	Remígio	Estadual	2011	Grupo informal	9	10.723,20
3	PB	Borborema	Remígio	Municipal	2012	Grupo informal	9	4.392,02
4	PB	Borborema	Remígio	Estadual	2012	Grupo informal	5	827,47
5	PB	Borborema	Massaranduba	Municipal	2011	Grupo informal	9	20.515,00
6	PB	Cariari ocidental	Monteiro	Estadual	2011	Cooperabom	12	55.600,00
7	PB	Cariari ocidental	Monteiro	Municipal	2012	Associação dos apicultores de Madre Tereza	13	55.600,00

Fonte: SDT/MIDA.

Embora a pesquisa tenha revelado fragilidades no processo de sistematização de resultados pela SDT, os estudos de Silva (2011) indicam que, em pouco tempo de implantação das BSCs no contexto dos territórios, foi possível alavancar importantes resultados, conforme mostrado na seção 3, a seguir.

### **3 O ESTUDO DE CASO DAS BSCS NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA**

O território da Borborema localiza-se na mesorregião do agreste paraibano, abarcando 21 municípios. A agricultura familiar local se apresenta com uma produção essencialmente voltada para o plantio de feijão, milho, mandioca, na qual se incluem produtos da fruticultura, banana, manga e caju. Há ainda a pecuária de leite e corte em praticamente todos os municípios do território, bem como a produção de aves, com foco no atendimento ao mercado local.

Nas últimas décadas, por seu potencial ecológico, a Borborema passou a ser conhecida como o Território Agroecológico. Logo no início do Pronat, foi homologado como território rural da política da SDT. Em 2008, passou a compor o Programa Territórios da Cidadania e, em 2011, também figurou como prioridade no plano Brasil Sem Miséria.

O território conta com a presença de importantes organizações não governamentais e movimentos sociais, tais como: a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativas (AS-PTA), a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e Articulação Semiárido Paraibano (ASA-PB), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), a Rede de Educação do Campo do Território da Borborema, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab), além de universidades, escolas agrícolas e outras institucionalidades que compõem um forte e dinâmico tecido social no território.

Na Borborema, a entidade selecionada para assumir a função de BSC, por meio de edital com critérios definidos pelo Codeter, foi a Arribaçã. Criada em 2003, com sede na cidade de Remígio, a Arribaçã foi constituída por um grupo de lideranças locais envolvidas no tema da agroecologia e das lutas do campo. Seus fundadores já eram ligados ao universo da Ater ou à pesquisa agrônômica, sendo filhos de agricultores familiares da região.

A entidade assumiu o papel de BSC na Borborema em 2007, permanecendo assim respaldada até 2015, em paralelo a outros projetos e frentes de ações. Seu plano de ação como BSC foi definido por acordo interno do Codeter-Borborema, com as seguintes prioridades: i) a inserção de produtos da agricultura familiar agroecológica nas compras institucionais do PAA e do PNAE; ii) o fortalecimento e ampliação das feiras agroecológicas no território; e iii) o fortalecimento da cadeia do algodão agroecológico da Borborema.

A Arribaçã atuou com recursos da SDT, no valor de R\$ 75 mil por ano, e um recurso complementar (cujo valor não foi informado) dos projetos do Pronat priorizados pelo Codeter-Borborema. A entidade contratou, com estes recursos, dois assessores técnicos para atuar em todo o território. Além disso, recebeu, em regime de concessão para uso restrito, infraestrutura de apoio para viabilizar o deslocamento dos técnicos nos municípios componentes do território.

Neste estudo, priorizou-se a pesquisa de campo nos municípios de Areia, Lagoa Seca, Remígio e Esperança, com entrevistas com as seguintes organizações assessoradas pela BSC-Arribaçã, que forneceram parte dos dados aqui explorados, conforme a tabela 4.

TABELA 4  
Distribuição das organizações de agricultores pesquisados por município (2017)

Microrregião	Município	Empreendimento	Membros envolvidos	Pessoas entrevistadas
Brejo Paraibano	Areia	Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade de Chã de Jardim (Adesco)	200 famílias em sete empreendimentos articulados	2
		Associação da Comunidade Negra Senhor do Bonfim (Quilombolas)	28 famílias	2
Campina Grande	Lagoa Seca	Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicas da Borborema (Ecoborborema)	260 sócios	2
Curimataú ocidental	Remígio	Associação Comunitária de Desenvolvimento de Caiana (Acodeca)	70 sócios	9
		Associação Comunitária de Camará (Acomca)	43 sócios	2
		Associação de Produtores Rurais do Assentamento de Queimadas (Assentamento Queimadas)	100 famílias	12
	Esperança/ fronteira com Remígio	Associação para Polpa de Frutas em Camará (souberam da entrevista e insistiram em participar)	16 mulheres	1
<b>Total</b>				<b>30</b>

Elaboração da autora.

Na síntese geral da fala dos agricultores, dos assessores técnicos, dos gestores da BSC e dos representantes do Codeter entrevistados, destacam-se como principais resultados alcançados pelo trabalho da Arribaçã:

- a ampliação do número de acessos ao PAA em suas diversas modalidades;
- a inclusão de empreendimentos da agricultura familiar no PNAE;
- a revitalização de espaços de comercialização (como feiras agroecológicas, espaços fixos e revitalização de projetos que estavam desarticulados) para aproximação entre produtor/ consumidor, possibilitando trabalhar com preços mais justos para ambos;
- a revitalização de câmaras temáticas vinculadas aos colegiados territoriais como espaço de aprofundamento das estratégias e decisões territoriais para o fortalecimento do cooperativismo solidário e da comercialização solidária;
- a ampliação do diálogo e da articulação de políticas locais para fortalecimento da comercialização solidária;
- a visibilidade da importância e do volume de demandas por Ater especializada em comercialização, inclusive havendo crescente aposta do Codeter-Borborema na BSC; e

- a ampliação do conhecimento e das práticas de economia solidária no território (citando exemplos como a constituição de fundos rotativos, redes de cooperação, mutirões de ajuda mútua, adoção de preço justo, entre outras práticas próprias da economia solidária).

Questionados quanto aos aprendizados alcançados, em termos de Ater, a partir da atuação da BSC, a síntese das respostas dos entrevistados sinalizou as compreensões a seguir.

- 1) O reconhecimento do território em termos de possibilidades para comercialização, sujeitos estratégicos presentes, desafios existentes e novos arranjos/pactos possíveis para acesso a mercados.
- 2) A qualidade da participação das organizações da agricultura familiar nos espaços estratégicos (como Cedeter, fóruns de economia solidária, câmaras temáticas etc.) está diretamente relacionada ao grau de informação e formação de seus representantes, o que sinaliza que não basta ter assento nos espaços, mas ter ações formativas dos dirigentes da agricultura familiar para neles atuarem.
- 3) A incorporação dos custos do serviço de Ater pelas próprias organizações de agricultores tem um tempo diferenciado da experiência exitosa desenvolvida no ramo do cooperativismo de crédito pela Cresol-Baser – não se conseguiu a continuidade dos serviços da Arribaça como BSC com custos assumidos pelos próprios agricultores.
- 4) Sendo a BSC uma entidade do próprio território, há relação de maior proximidade entre técnicos e agricultores familiares, garantindo maior interação entre assessores e assessorados. A confiança foi destacada como elemento importante para maior percepção da BSC como parceiro diferenciado, superando desafios da relação histórica de uma Ater “difusionista”, pontual e distante da realidade dos empreendimentos.
- 5) O processo educativo desenvolvido pela BSC “bebe” essencialmente da fonte das concepções e práticas freirianas de construção de saberes, oportunizando que as discussões sobre acesso a mercado se ampliem para o repensar da própria concepção de economia, desenvolvimento, participação e sustentabilidade.
- 6) A dependência dos recursos públicos fragiliza as metodologias construídas pela agricultura familiar/economia solidária, descontinuando iniciativas em decorrência de eventuais mudanças de gestão e saídas dos investimentos aportados.

Os entrevistados destacaram, ainda, alguns desafios – listados a seguir – que impactaram na ação da BSC, reduzindo seus resultados.

- 1) A limitação de recursos e estrutura da BSC, determinando reduzido número de técnicos para atender um amplo território.
- 2) A dispersão da produção da agricultura familiar pelo território e a pouca condição de logística para mobilizá-la.
- 3) Os marcos legais existentes em cooperativismo e comércio justo são insuficientes e inadequados para a realidade da agricultura familiar e economia solidária, fazendo-as “refêns” de mercados mais próximos (venda direta em feiras e outros) e dificultando o acesso a mercados mais complexos e de maior potencial aquisitivo.
- 4) A burocracia do financiamento público das BSCs se deu em tempos muito espaçosos entre um projeto de apoio e outro, gerando desmobilização da agricultura familiar local.

- 5) A ação de BSC demanda um amplo processo de formação voltado a agricultura familiar, técnicos, gestores locais e outros sujeitos estratégicos para a adequada compreensão da estratégia de atuação da BSC e de seu potencial para dinamizar a economia territorial e impactar em políticas públicas locais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso confirmou, em boa parte, a hipótese inicial de que, ao propiciarem a interação entre Ater, organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais, na lógica da economia solidária, as BSCs contribuíram para a consolidação da nova concepção de Ater, proposta pela PNATER, trazendo elementos para renovar o processo e os métodos para a promoção de territórios mais sustentáveis.

A experiência das BSCs, no contexto específico do território da Borborema, contribuiu para inovar no apoio à comercialização e para materializar as inovações nos métodos de Ater, embora de forma mais limitada ou parcial que o esperado no desenho original desse instrumento de política pública.

Os três campos de análise escolhidos mostraram resultados positivos com relação à situação inicial, antes da ação da BSC. Houve identificação e caracterização qualificada de dinâmicas de ação coletiva entre os agricultores familiares e as suas organizações, para o acesso a mercados. Aconteceram também mais relações, interações e ações coletivas entre organizações de agricultores familiares e outros atores territoriais, apesar de que a participação decisiva e qualificada das organizações da agricultura familiar na dinâmica das políticas públicas territoriais tenha sido frágil e reduzida, por falhas no desenho de coordenação.

Foram identificadas práticas da economia solidária apoiadas pela BSC, em particular, em termos de produção e venda de produtos agroecológicos, organizadas em redes de cooperação e ajuda mútua para o acesso a mercados. Nesse sentido, tais práticas puderam ser observadas nas feiras agroecológicas e compras públicas (PAA e PNAE), além de algumas experimentações específicas, como na constituição de fundo rotativo solidário em um dos grupos assessorados.

Houve identificação e qualificação de inovações promovidas em termos de Ater. Definidas em um processo dialógico entre demanda e oferta (via o Pronat), a BSC trouxe avanços metodológicos para a assistência técnica e extensão rural, ao assumir as perspectivas da chamada *extensão rural agroecológica*, em contraposição à *extensão rural convencional*, bem como incorporação de conceitos e práticas da economia solidária. Pelo menos, essa tendência foi verificada no território da Borborema; sobretudo, também, em função da existência anterior de uma dinâmica de produção agroecológica.

Quanto à participação dos agricultores, em sua concepção as BSCs incorporaram, em nível nacional, a proposta do diálogo entre organizações representativas da agricultura familiar e da economia solidária e representantes governamentais. Entretanto, em nível local, observou-se maior fragilidade, inclusive pelo desconhecimento ou pelo distanciamento da maior parte das organizações de agricultores familiares em relação ao Codeter.



Houve um compartilhamento de decisões e responsabilidades, desde a constituição dos critérios de seleção da BSC, passando pelos aportes de recursos para a BSC, até as definições das ações prioritárias para o plano de ação destas, que se traduziu principalmente em pactos em torno do fortalecimento da agroecologia e da economia solidária. Todavia, não havia iguais condições para os processos de monitoramento e de avaliação crítica da atuação da BSC que pudessem deixar elementos para melhoria do desenho institucional da política.

De fato, a BSC não introduziu os princípios da ajuda mútua, da autogestão e da solidariedade, pois estes já estavam dados entre os agricultores familiares, mas ajudou a atualizar essas práticas, como um campo de saber e de organização econômica, em uma lógica contra-hegemônica, diante do domínio do mercado de troca capitalista.

Finalmente, do ponto de vista da renovação de Ater e da participação social, este estudo apontou orientações nacionais e esforços locais/territoriais em alinhamento da ação da BSC às diretrizes da PNATER. Identificou-se, em particular: i) a priorização pelo fortalecimento de processos coletivos, cooperativos e autogestionários, em contraposição à tradicional assistência técnica prestada a uma unidade produtiva familiar em específico; ii) a incorporação da agroecologia como referência fundamental para construção do sentido entre fortalecimento da capacidade produtiva dos agricultores e promoção do desenvolvimento sustentável; iii) o reconhecimento e incentivo à formação de redes como novas dinâmicas organizativas da agricultura familiar para acumular tanto força econômica quanto força política na perspectiva de desenvolvimento no território; e iv) a construção dialógica de saberes na relação educador e educando.

Entre outras diretrizes e perspectivas presentes na PNATER e evidenciadas na ação da BSC no território da Borborema, podemos citar a definição por um arranjo institucional mais próximo da realidade dos atores territoriais, assumindo uma configuração institucional de Ater que fortalece o tecido social local, pelo envolvimento de instituições presentes nos territórios. Todavia, os aprendizados territoriais, do ponto de vista das inovações de Ater a partir da BSC, não foram suficientemente refletidos e incorporados pelos agentes territoriais (colegiado territorial, organizações de agricultores, instituições parceiras no território e mesmo instituições mais tradicionais de Ater), nos quais os entrevistados apresentaram muita dificuldade em responder.

As sementes deixadas pela ação da BSC no território da Borborema influenciam as atuais políticas públicas municipais. É o caso da prefeitura de Remígio que, entre 2012 e 2018, instituiu uma política de fomento ao cooperativismo, aos bancos comunitários e fundos solidários,<sup>9</sup> demonstrando o potencial que pode ter no território uma ação voltada às entidades prestadoras de serviços de Ater para fortalecimento dos princípios da PNATER.

A descontinuidade da política de BSC nos territórios, a partir de 2012, trouxe impactos que foram assim elencados pelos agricultores: perdas de mercados conquistados (com redução de compras do PAA, do PNAE e de mercados do algodão agroecológico); redução da capacidade de geração de renda para as famílias dos agricultores; retorno do atravessador, como figura de comando nas relações de compra e venda dentro do território; desperdício de produção por falta de mercado; e o mais grave, a perda de confiança dos consumidores na capacidade de comercialização da agricultura familiar.

9. O então prefeito de Remígio havia acompanhado a atuação da BSC no município, nos anos anteriores ao seu mandato, e incorporou à sua equipe municipal alguns dos técnicos que atuaram com a BSC, levando o tema da economia solidária para sua gestão municipal.

Por fim, embora não se tenha, atualmente, no governo federal nenhuma sinalização de retomada das políticas de desenvolvimento territorial, com ênfase nas BSCs, acredita-se que as reflexões aqui apresentadas, se adequadamente apropriadas para debates locais e nacionais, podem contribuir para subsidiar a interlocução entre sociedade e poder público na construção de propostas para o fortalecimento das capacidades econômicas da agricultura familiar brasileira.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. L. *et al.* Jogos de poder e participação num dispositivo de desenvolvimento territorial rural: Águas Emendadas (DF-GO-MG). *In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2013, Araraquara, São Paulo. **Anais...** Araraquara: Unesp, 2013. p. 247-269. Disponível em: <<https://bit.ly/3okuWO7>>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: SAF/MDA, maio 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005a. (Série Documentos Institucionais, n. 2). Disponível: <<https://bit.ly/39Mgsya>>. Acesso em: 29 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para a elaboração do mapeamento nacional de economia solidária**. Brasília: MT, 2005b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para a Dinamização Econômica nos Territórios Rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2010. (Série Documentos de Dinamização Econômica).

CONDRAF – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília: MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Ater**. Brasília: MDA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Documento de referência para a 2ª Conferência Nacional de Ater**. Brasília: MDA, 2015.

DIAS, M. M. Mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 1-22, 1998.

\_\_\_\_\_. **El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

\_\_\_\_\_. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. **American Economic Review**, v. 100, n. 3, p. 641-672, 2010.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):** percepções e tendências. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SABOURIN, E. Educação, dádiva e reciprocidade. **Jornal do Mauss latino-iberoamericano**, v. 1, n. 4, jan.-fev. 2008.

\_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Dossiê Ciências Sociais e Desenvolvimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, ago. 2011.

\_\_\_\_\_. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 5-33, 2013.

\_\_\_\_\_. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. *In*: SEMINÁRIO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA, 2014, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília, 2014.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 8, n. 3, p. 4-8, set. 2011.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, R. F. Acúmulos para a constituição de uma Política Nacional de Fomento à Comercialização para a Agricultura Familiar na perspectiva da economia solidária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO E DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2007, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Documento técnico bases de serviço de comercialização:** elementos para compreensão da estratégia. Brasília: IICA, 2011.

SILVA, R. F.; CARVALHO FILHO, M. V. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 64, 2018.

SILVA, S. P. **Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1898).

\_\_\_\_\_. **Dinâmicas da economia solidária no Brasil:** organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. Disponível: <<https://bit.ly/3kStX5H>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 7-23.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de economia solidária. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 28 out. 2005.

WILKINSON, J. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Revista de Administração**, Lavras, v. 1, n. 1, jan.-jun. 1999.



## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Chefe do Editorial**

Reginaldo da Silva Domingos

#### **Assistentes da Chefia**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

#### **Editoração**

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

#### **Livraria Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)

## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

